

RECLAMAÇÃO Nº 39.396 - SP (2019/0355597-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECLAMANTE : FFE CONSTRUÇOES, INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : ANDREI BRIGANÓ CANALES - SP221812
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MARCELO DA SILVA
INTERES. : MARIA JOSE AMARAL DA SILVA
ADVOGADO : JOÃO PAULO MILANO DA SILVA - SP213907

DECISÃO

1. Trata-se de reclamação ajuizada contra acórdão oriundo do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não conheceu da reclamação proposta contra acórdão prolatado pela Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais do mesmo Tribunal.

É o breve relatório.

2. Com efeito, após deliberações ocorridas na sessão de julgamento de 6 de abril de 2016 na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na Questão de Ordem suscitada no AgRg na Rcl n. 18.506, foi publicada, em 8 de abril de 2016, a Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre a competência para processar e julgar as reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Na referida Resolução, ficou definido que:

Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes (grifou-se).

Esclareço que a referida Resolução entrou em vigor na data de sua publicação - dia 8 de abril de 2016 - com a ressalva, no artigo 3º, de não aplicação quanto às reclamações já distribuídas antes da data mencionada, pendentes de análise no Superior Tribunal de Justiça, o que não é o caso dos autos.

Assim, foi revogada a Resolução n. 12/2009 do STJ para os processos distribuídos a partir de 08 de abril de 2016, de modo que as reclamações recebidas e distribuídas na vigência da Resolução STJ n. 03, de 07 de abril de 2016 não são passíveis de conhecimento por este Tribunal Superior.

Superior Tribunal de Justiça

Nessa linha de intelecção, a análise das questões decididas pelos Juizados Especiais Cíveis se exaure no próprio Tribunal de origem, não havendo nenhum respaldo legal para a pretensão da reclamante de ter o seu processo apreciado por esta Corte de Justiça.

3. Ante o exposto, com base no art. 932, inciso III, do NCPC c/c o art. 34, XVIII, do RISTJ, não conheço da presente reclamação.

Publiquem-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator